

Indústrias criativas e os conceitos de cultura, inovação e criatividade em Celso Furtado

César Ricardo Siqueira BOLAÑO¹

RESUMO: Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo de retomar a leitura de Celso Furtado, explicitando a relevância do seu pensamento original para a caracterização de um conceito de Cultura capaz de iluminar a compreensão do processo histórico em sua totalidade. No que segue, reconhecendo os limites do conceito de economia ou indústria criativa, explicita-se a necessidade de tomar a problemática das relações entre Comunicação, Cultura e Desenvolvimento num plano superior de análise.

PALAVRAS CHAVE: Cultura. Comunicação. Crítica. Epistemologia.

Creative industries and the concepts of culture, innovation and creativity in Celso Furtado

ABSTRACT: This work is part of a bigger project which intends to resume Celso Furtado's views, exposing the relevance of his original thoughts to the character of a Cultural concept capable of highlighting the comprehension of the historical process. By recognizing the limits of the concepts 'economy' or 'creative industry', it is made explicit the necessity of taking the problem of the relations among Communication, Culture and Development in a superior level of analysis.

KEYWORDS: Culture. Communication. Criticism. Epistemology.

Introdução

Vivemos um momento de grandes mudanças no capitalismo em nível mundial, iniciadas com a crise estrutural dos anos 1970. Fenômeno bem conhecido e com importante impacto sobre os sistemas de comunicação, eu próprio analisei a Terceira Revolução Industrial, sob o conceito de "subsunção do trabalho intelectual" (BOLAÑO, 1995, 2002). Trata-se de uma mudança de ordem econômica e cultural profunda que se deu, é preciso insistir, num momento de derrota dos movimentos sociais e do socialismo real, ao longo dos anos 80 e 90 do século passado.

Como consequência, o capital poderá impor também uma dinâmica (econômica e cultural) perfeitamente adaptada às suas necessidades e transitar de um modelo de

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe - São Cristovão, SE - Brasil. CEP. 49100-000. E-mail: bolano.ufs@gmail.com

O autor agradece o apoio do programa Cátedras IEPA-CAPES para o Desenvolvimento.

organização dos sistemas de comunicação, centrado na TV de massa, para outro, baseado nas redes telemáticas, especialmente a Internet. É claro que há uma contradição aí envolvida e a Internet – como outras inovações anteriores – pode ter também determinados usos contra-hegemônicos, mas isso é próprio de toda dinâmica social e não está inscrito na própria tecnologia. Em especial, não está inscrito nesta particular tecnologia.

Mesmo assim, o pensamento hegemônico, especialmente no campo da Comunicação, acredita que a grande mudança em curso é obra da pura tecnologia. Mas o aspecto central da atual evolução tecnológica foi criar um novo paradigma – industrial e social (o paradigma digital), adequado, de um lado, aos processos de acumulação de capital e, de outro, à constituição de uma verdadeira sociedade de controle. Trata-se do auge de um movimento de quantificação geral da realidade, iniciado no século XII (CROSBY, 1999) e de crescente abstração (SOHN-RETHEL, 1995). Tendência que estava limitada, no período do chamado paradigma taylorista-fordista, por sua extrema dependência do trabalho vivo (MORAES NETO, 2003). Trata-se, portanto, de um salto qualitativo na capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens, uma mudança cultural profunda na ordem do capital.

A corrente principal do pensamento em Comunicação – que tem uma grande importância na construção da hegemonia, como é óbvio, mas se apresenta sempre como subalterno em relação ao *mainstream* da Economia – se prontificará a repisar a ideia da revolução tecnológica como revolução social, brandindo mais uma vez a ideologia setecentista do final da história. As categorias construídas para tal – sociedade da informação, sociedade do conhecimento, pós-industrialismo, pós-modernismo – passarão, uma a uma, pela rigorosa crítica da Economia Política da Comunicação (EPC), herdeira do grande pensamento crítico ocidental.

Em todo caso, há um problema de que nem sempre os intelectuais críticos se dão conta: não existe falsa consciência que não tenha um pé bem plantado na realidade. As ideias não brotam do nada e, em que pese a justeza de todas as críticas que tivemos a capacidade de fazer ao pensamento hegemônico, cada uma das suas falsas categorias guarda um fundo de verdade que é preciso esclarecer. Tomemos um exemplo recente.

O debate sobre a chamada economia criativa

Em primeiro lugar, do que foi dito acima, depreende-se que houve, ao longo do processo iniciado, digamos, com a crise da hegemonia norte-americana do início dos anos 70, um momento de criatividade e inovação fundamental, que marca uma ruptura com todo o anterior: a implantação em nível social do paradigma digital, fruto da revolução micro-eletrônica. Isto em benefício de certos atores sociais, em particular, o grande capital internacional e o Estado norte-americano.

Da retomada, a partir dos anos 80, da hegemonia dos Estados Unidos da América também no campo industrial – com a implantação, por exemplo, das infra-estruturas globais da informação, o avanço dos sistemas de propriedade intelectual, das biotecnologias, a privatização das telecomunicações, ou a globalização de Hollywood – decorre que, uma vez aceitos os novos parâmetros do jogo, o novo entorno cultural exigirá de cada participante, “inovação”, “criatividade”. A EPC já deixou bem claro o caráter ideológico e os interesses por trás desse repentino culto à criatividade: direitos de propriedade intelectual, expansão da cultura digital a serviço dos oligopólios que dominam os diferentes setores da comunicação, das telecomunicações, da informática².

A pergunta aqui é sobre o fundamento concreto, a base material dessa ideologia que a torna tão interessante, a ponto de, segundo Garnham (2005), conseguir um feito notável: unir, sob o mesmo guarda-chuva ideológico, os grandes industriais, produtores informáticos e mediáticos e os pequenos produtores e criadores independentes. Assim, entre outras consequências, a expansão do conceito de indústrias culturais para o de indústrias criativas “[...] *enabled software producers and the major publishing and media conglomerates to construct an alliance with cultural workers, and with small-scale cultural entrepreneurs, around a strengthening of copyright protection*” (GARNHAM, 2005, p.26)³.

Que força pode ter uma palavra para estabelecer um consenso entre atores sociais tão diversos? Isto é construção de hegemonia no sentido próprio da expressão. Terão realmente, por acaso, esses diferentes atores sociais algum interesse (por falso que seja) em comum? Sem responder diretamente, neste pequeno espaço, a essa importante pergunta, podemos afirmar que a base empírica para o desenvolvimento do conceito é justamente o processo de subsunção do trabalho intelectual e de

² Para uma revisão dos trabalhos mais recentes da EPC europeia sobre o tema, vide Bolaño (2010). Aqui utilizarei apenas o artigo de Garnham de 2005, que constitui ainda a principal referência no debate.

³ “[...] permite aos produtores de software e aos grandes conglomerados de imprensa e de comunicação construir uma aliança com os trabalhadores e pequenos empresários culturais em torno de um reforço do sistema de copyright” (tradução livre pelo autor).

intelectualização geral dos processos de trabalho convencionais e do próprio consumo, que venho denunciando desde 1995, quando tratei de trilhar o caminho inverso ao dos inícios da EPC⁴.

Tomemos o caso da indústria de *software*. Trata-se da ferramenta que subsume de fato o trabalho intelectual dos operadores das fábricas automatizadas (onde o trabalho manual é exercido por robôs), e deve ser produzida por outros *softwares*, de concepção, em torno dos quais se organiza o trabalho coletivo. Muito bem, essa fase crucial de todo o processo, que é a da concepção, não é passível de taylorização, de modo que o controle por parte do capital deve utilizar-se de mecanismos mais próximos daqueles da manufatura que da grande indústria automatizada (BOLAÑO; CASTRO FILHO, 2011).

Pode-se chamar a isto trabalho criativo? Tampouco há espaço aqui para responder à questão, mas fica patente que o controle do exercício da criatividade é hoje um campo em disputa. Duas linhas de raciocínio devem ser articuladas para entender completamente o problema. Por um lado, aquela já sugerida, das transformações por que passa o fator subjetivo, decorrentes das mudanças estruturais do capitalismo, que levaram ao citado processo de subsunção do trabalho intelectual.

Por outro lado, é preciso entender o problema em termos de relações internacionais. Assim, por exemplo, analisando o caso inglês, Garnham (2005) deixa clara a vinculação política do conceito e seu significado prático: uma estratégia adaptativa da Inglaterra, explorando eventuais vantagens comparativas na área financeira, das telecomunicações e outras, para melhor inserção em um mercado mundial em que a China disputa hegemonia com os EUA. A estratégia, que aceita o fato incontornável da desindustrialização, pode ser questionável (e o próprio Garnham faz uma bela crítica), mas é admissível.

Uma opção desse tipo no Brasil é impensável (embora seja um risco iminente)⁵. A Inglaterra é o velho Império que vive uma nova fase da sua longa decadência. O Brasil, ao contrário, é um dos BRIC, que acalenta a esperança de alçar-se à condição de

⁴ Naquela fase inicial, o que se pretendia era simplesmente aplicar a boa Crítica da Economia Política e as mais diversas ferramentas da Economia para o estudo da Comunicação e da Cultura. A partir de 1995, parte do meu esforço teórico foi compreender a Economia (a Terceira Revolução Industrial) a partir de certas ferramentas desenvolvidas no campo da EPC, em especial, a **ideia** de limites à subsunção do trabalho cultural. Nesse sentido, pude estudar o trabalho de pesquisa na área da genômica, a produção científica certificada, o trabalho médico ou a produção de *softwares*, usando certas ferramentas da economia e da sociologia do trabalho, mas, sobretudo, o conceito marxiano de subsunção do trabalho.

⁵ Risco que se deve ao próprio sucesso da economia brasileira neste momento de ampliação da demanda internacional por bens primários, em decorrência da expansão da economia chinesa.

quinta maior economia do mundo nas próximas décadas. Uma estratégia segmentada de indústrias criativas simplesmente não pode ser levada a sério. Mas é preciso levar muito em conta a relação entre criatividade e poder, que está na base da contribuição de Celso Furtado sobre os conceitos de cultura, inovação e criatividade.

Retomando Furtado

Na busca de uma definição do que entende por “estruturalismo latino-americano” (a produção intelectual vinculada direta ou indiretamente à CEPAL, desde os trabalhos fundadores de Prebisch até os dias de hoje), Octavio Rodriguez explicita assim a posição especial ocupada por Furtado no seu interior: “[...] a especificidade maior das contribuições de Celso Furtado [...] é o papel que ele atribui a uma certa noção de ‘totalidade’: a conformada pelo sistema global de cultura” (RODRIGUEZ, 2009, p.31). Nesse sentido, Furtado levaria ao extremo a perspectiva não-determinista da CEPAL, não-economicista, que dá grande importância aos fatores extra-econômicos, em contraste com a teoria econômica convencional.

Na verdade, na perspectiva de Furtado (1984), a cultura é determinante na gênese dos processos e das instituições econômicas e políticas. No caso brasileiro, por exemplo, a formação cultural do nosso povo é marcada por uma assimetria fundamental, tendo em vista que o elemento português não apenas partira de uma importante superioridade técnica, mas, sobretudo, durante todo o período colonial, foi o único que “continuou a alimentar-se de suas fontes culturais europeias”. Enquanto isso, “[...] os aborígenes e os africanos haviam sido isolados de suas matrizes culturais respectivas e, ao serem posteriormente privados das próprias línguas, perdiam o senso da identidade cultural.” (FURTADO, 1984, p.20).

A Europa da Revolução Industrial, ao promover um brutal aumento da produtividade do trabalho, intensifica a acumulação e aumenta o nível e a diversificação do consumo, ao mesmo tempo em que a nova divisão internacional do trabalho permite a um país especializado em produção agrícola para exportação, “[...] acesso à moderna tecnologia sob a forma de produtos de consumo, sem ter que investir para elevar a produtividade física do trabalho” (FURTADO, 1984, p.22). A assimetria cultural da sociedade brasileira, numa situação de expansão da demanda internacional que garantia “vantagens comparativas estáticas criadas pela especialização”, facilitava a importação

de bens sofisticados por parte de uma elite cada vez mais identificada com os valores externos.

Esse comportamento imitativo das elites nacionais, decorrente da adesão à “modernização dependente” terá como corolário a redução da cultura do povo brasileiro a “[...] uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia a sua criatividade artística” (FURTADO, 1984, p.23). Esse é o sentido do conceito furtadiano de dependência cultural, que não se confunde, a meu ver, com aquele prevalecente nas célebres teorias da dependência cultural, de amplas consequências para a luta epistemológica no campo da comunicação na América Latina, influenciadas basicamente pelo debate em torno da teoria da dependência de Cardoso e Faletto (2004).

O conceito de “dependência cultural”, ou de “imperialismo cultural”, acabou por constituir toda uma literatura de enorme impacto, na América Latina, com forte influência, ademais, sobre o pensamento comunicacional, especialmente na UNESCO, no período da Comissão Mc Bride e dos debates em torno da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), subsidiária da ideia de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Assim, a história das teorias da comunicação na América Latina, desde a sua gênese, foi fortemente influenciada pelo pensamento social latino-americano, pelo chamado estruturalismo latino-americano da CEPAL, de suas adjacências e de suas críticas de esquerda.

Esse vínculo entre pensamento econômico-social e comunicacional, que está na origem da escola latino-americana da comunicação (MELO, 1992, 2007, 2008) se dá justamente, nos seus inícios, pela via da problemática do desenvolvimento. Daí deriva a força da referida escola, seu caráter eminentemente crítico, mas também as suas dificuldades intrínsecas, que seriam explicitadas, seja pelos chamados Estudos Culturais latino-americanos (EC), seja pela Economia Política da Comunicação (EPC). Os primeiros, em particular, apontarão determinismo econômico nas teorias da dependência cultural, numa perspectiva originalmente marxista, da qual se afastarão em seguida, adotando alternativamente o pensamento dito pós-moderno.

A EPC, ao contrário, fará uma crítica interna às teorias anteriores, permanecendo fiel tanto ao marxismo quanto à preocupação original do pensamento latino-americano com a problemática do desenvolvimento. A questão da cultura e da dependência cultural, no entanto, permaneceu, em geral, em segundo plano e a (correta) preocupação com a deriva culturalista dos EC levou a uma aproximação – que o diálogo

internacional ademais exigia – com as (boas) escolas europeias da EPC, em detrimento muitas vezes daquilo que nos distingue. A retomada do grande pensamento social de Celso Furtado, no campo da Comunicação, é tarefa essencial da EPC latino-americana, pois oferece uma alternativa de conjunto, capaz de dialogar com os EC, os chamados estudos pós-coloniais, as diferentes Ciências Sociais, inclusive a Economia.

A determinação cultural

É interessante, por exemplo, observar, no *Prefácio a Nova Economia Política* (FURTADO, 1977), ao discutir as “duas formas básicas de apropriação do excedente” (autoritária e mercantil), cada uma delas correspondendo historicamente a um tipo de “formação sociopolítica” (imperial e urbano-mercantil), sendo os “protótipos exemplares”, respectivamente, o império faraônico e as cidades fenícias, que

[...] a integração das duas formas referidas em um sistema de cultura parece haver sido ensaiada nessa aventura histórica sem par que foi a Grécia clássica. Algo semelhante ocorrerá na Europa ocidental a partir de começos do segundo milênio. Com efeito, o fracasso da tentativa de reconstrução imperial carolíngia frustrou uma evolução no sentido de reconstrução da formação sócio-política imperial e abriu espaço ao desenvolvimento de formações urbano-mercantis, com considerável autonomia, que desempenhariam papel considerável na transformação do excedente apropriado por via autoritária (renda da terra, dízimos, impostos) no quadro do feudalismo. (FURTADO, 1977, p.35).

A existência dessas formações urbano-mercantis terá uma dupla consequência. De um lado, “[...] graças ao desenvolvimento das atividades urbanas, diversificou-se consideravelmente a oferta de bens nas zonas rurais” (FURTADO, 1977, p.35), com impacto positivo sobre a produtividade no campo, onde se produzia o grosso do excedente, por via autoritária.

Por outro lado, a margem de manobra de que gozaram os patriciados urbanos, matrizes das futuras burguesias, permitiu-lhes assumir crescente autonomia cultural, que servirá de barreira ao avanço da forma autoritária de apropriação do excedente na fase subsequente de liquidação do feudalismo. O estado-nação na Europa moderna será bem mais do que um compromisso entre dois sistemas de dominação. Em sua base existe uma efetiva integração de dois sistemas de cultura. (FURTADO, 1977, p.35-36).

A autonomia cultural é, portanto, ao lado da ampliação do excedente, condição básica para a supressão do feudalismo e a construção do Estado nacional, sob a base da

referida integração cultural. É o sistema global de cultura, assim constituído, o elemento determinante das formas institucionais sobre as quais se desenvolverão as relações de produção e apropriação no período posterior, de construção da hegemonia burguesa. Da mesma forma, são determinações de ordem cultural, decorrentes das particularidades de cada formação histórica, que explicam a situação específica das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e sua integração no sistema global. É isso que explica, por exemplo, as marcadas diferenças entre Brasil e Estados Unidos, amplamente discutidas em *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 1980).

No caso da América do Norte inglesa, a conquista europeia se dará tardiamente e de forma limitada, com uma área importante de colonização de povoamento. O resultado será que a nova nação, surgida da guerra de independência, contemporânea da revolução francesa, permitirá à sua muito precoce burguesia comercial explorar aquele sistema triangular (incluindo as colônias do norte e do sul e o Caribe inglês e holandês) que reproduz de certa forma, endogenamente, o modelo do Sistema Atlântico, garantindo a realização de um processo autônomo e intenso de acumulação de capital e de expansão territorial ininterrupta, a expensas do México, dos decadentes impérios francês e espanhol e das terras indígenas, até constituir-se como potência, a um tempo territorial e marítima.

Essa possibilidade tão bem aproveitada de realizar um processo de desenvolvimento endógeno permitirá, ao final da guerra de secessão, a consolidação da hegemonia daquela burguesia industrial nortista moderna que passará a comandar um processo irresistível de construção de uma nova hegemonia global militar e política absolutamente inusitada, sobre a base de uma economia industrial vencedora. Em todo caso, um elemento chave, sem o qual não se pode entender o processo, reside na capacidade que a nação norte-americana teve de construir uma nova hegemonia cultural, cuja base reside na criação de um poderoso sistema de transportes e de comunicações.

Não se observa aí nenhum traço de desenvolvimento dependente. Ao contrário, os Estados Unidos entram no século XX como potência capitalista, apresentando vantagens fundamentais, derivadas da capacidade que tiveram de desenvolver endogenamente forças produtivas e relações de produção que rivalizavam com aquelas das grandes potências capitalistas da Europa.

Essa capacidade de desenvolvimento endógeno e autônomo, fruto das particularidades da sua história e da sua geografia, é radicalmente distinta em relação à situação vigente no resto do continente americano, onde a industrialização e a expansão

do capitalismo se darão de forma tardia – num momento em que o capitalismo monopolista já se encontrava plenamente constituído nos países centrais, envolvidos, estes, na luta imperialista que levará às duas guerras mundiais, ao final das quais os Estados Unidos surgirão como potência hegemônica e a América Latina, como um conjunto de economias que puderam, umas mais outras menos, realizar um processo de substituição de importações que colocava algumas delas frente à possibilidade de, através de uma política desenvolvimentista, avançar na industrialização iniciada anteriormente, construindo um tipo particular de capitalismo industrial, marcado pela dependência e por assimetrias sociais imensas.

O caráter imitativo do nosso desenvolvimento, a incorporação do progresso técnico via consumo das elites, sem modificar os processos produtivos internos visando satisfazer as necessidades das grandes massas da população nacional, marcarão o desenvolvimento latino-americano e brasileiro. Este é o sentido do conceito de dependência cultural em Furtado. Trata-se de uma relação de subordinação que, uma vez instalada, tende a perpetuar-se porque está inscrita na tecnologia e no conjunto dos processos econômicos e sociais, nos estilos de vida e padrões de cultura impostos pelas necessidades, agora sim, dos processos de acumulação de capital e de dominação. A hegemonia se define, assim, essencialmente no plano da cultura e dos valores, embora o sentido último de todo o processo seja a acumulação e a reprodução das relações de poder econômico e político.

Conclusão

O mundo passa hoje por uma mudança de época. O processo de reestruturação produtiva iniciado nos anos 1970 se desdobra em disputa de hegemonia econômica em nível global. Esse movimento não se esgota no nível meramente econômico, mas é parte de uma mutação cultural de grandes proporções. Uma eventual hegemonia industrial chinesa, como se desenha, não poderá existir sem um adequado *soft power*, como o que garantiu aos Estados Unidos da América, no seu momento, distinguir o seu capitalismo daquele do Reino Unido. Enquanto este último, do ponto de vista dos sistemas de comunicação, baseava o seu poderio cultural, além do nível básico da cultura material, num sistema de meios impressos e agências de notícias, os Estados Unidos inaugurarão

a época da grande cultura de massa de Hollywood e da indústria fonográfica internacional.

Se esse sistema está mudando hoje, ainda sob hegemonia norte-americana, tudo indica que o novo sistema de mídia se articulará internacionalmente em torno das redes telemáticas. A China talvez não tenha, nesse campo, a mesma facilidade de expansão que tem no terreno da indústria e do comércio. O Brasil, ao contrário, apresenta vantagens no campo cultural que se vinculam, tendo em vista a importância, para uma eventual mudança de modelo de desenvolvimento em nível global, com a problemática da sustentabilidade. Um novo padrão de desenvolvimento, sustentável, deverá basear-se em padrões de consumo, tecnologias e modos de vida compatíveis com a preservação e recuperação da natureza.

Seguindo a classificação que Rodriguez (2009) faz sobre os conceitos de cultura de que se serve Furtado, podemos dizer que, para além da cultura material – talvez o elemento mais visível das mudanças atuais –, a cultura capitalista no seu conjunto está hoje posta em questão, inclusive, e especialmente, no que nos interessa, no sentido da criatividade política que permite a inovação institucional capaz de mobilizar os elementos da cultura espiritual, em sentido estrito, em torno de um projeto de desenvolvimento nacional soberano, não-imitativo, não dependente. O problema é dos mais difíceis, na medida em que é no nível global que os elementos centrais da tecnologia e da cultura material se definem e não há como escapar dos limites estruturais que nos vinculam ao conjunto da economia e da sociedade mundiais.

Em todo caso, o que vivemos hoje é uma mudança de paradigma bastante radical, em nível global, havendo um forte consenso sobre a necessidade de construção de um novo modelo. Tendo em vista as eventuais referidas vantagens brasileiras no campo cultural (e do meio ambiente pensado também em chave cultural, isto é, no interior da contradição homem-natureza) é possível inclusive redefinir o conceito de indústria criativa, inserindo-o numa perspectiva mais ampla, como a de Furtado, capaz de entender o caráter absolutamente vital da autonomia cultural para a superação dos males do subdesenvolvimento. Os limites à construção de uma cultura material própria, num mundo interligado como o nosso, não devem obscurecer o fato de que o que está em jogo são os valores últimos, pois o verdadeiro desenvolvimento, para o autor, não é mais do que a substituição da lógica dos meios pela dos fins e, nesse sentido, mais uma vez com o próprio Furtado, é a cultura popular, a fonte de toda verdadeira criatividade.

Referências

BOLAÑO, C. R. S. Economía política, globalización y comunicación. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n.140, p.138-153.1995.

_____. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v.11, p.53-78, 2002.

_____. **Indústria, criatividade e desenvolvimento**. Texto apresentado ao 1º Encontro de Economia Criativa do Nordeste. Fortaleza, dezembro de 2010. Mimeografado.

BOLAÑO, C. R. S.; CASTRO FILHO, G. **Os limites à taylorização do trabalho na fase de concepção da produção de software**. Aracaju, 2011. Mimeografado.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental: 1250-1600**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

FURTADO, C. **Prefácio a Nova Economia Política**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GARNHAM, N. From cultural to creative industries. an analysis of the creative industries approach to arts and media policy making in the UK. **International Journal of Cultural Policy**, London, v.11, p.16-29, 2005.

MELO, J. M. de. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**. São Paulo: Vozes, 1992.

_____. **Entre el saber y el poder: pensamiento comunicacional latinoamericano**. México, DF: UNESCO 2007.

_____. **História política das ciências da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MORAES NETO, B. R. **Século XX e trabalho industrial: taylorismo/ fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo. Xamã. 2003.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOHN-RETHEL, A. **Trabalho espiritual e corporal**: para a epistemologia da história ocidental. Tradução de Cesare Giuseppe Galvan. João Pessoa: UFPB: Programa de Mestrado em Economia, 1995.

Artigo recebido em agosto de 2011 e aprovado em outubro de 2011.